

## **Relatório de Participação no Evento WSIS +20 - Genebra**

**Rodolfo da Silva Avelino**

**Dias 7 - 11 de Julho**

### **Visão Geral do Evento**

O WSIS+20, realizado em julho de 2025, representou um momento estratégico para a revisão dos compromissos assumidos na Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI), duas décadas após sua realização. O encontro permitiu não apenas avaliar o ritmo dos avanços digitais alcançados, mas também refletir sobre lacunas persistentes e novos desafios colocados por tecnologias emergentes, em especial a inteligência artificial. O evento reforçou a centralidade da cooperação multissetorial — governos, setor privado, sociedade civil e comunidade acadêmica — como condição essencial para a construção de uma sociedade da informação inclusiva e orientada por direitos. Nesse sentido, destacou-se a relevância de preservar os princípios da CMSI, sobretudo no que se refere à proteção dos direitos humanos e ao fortalecimento do multilateralismo, como elementos estruturantes de qualquer agenda futura para a governança digital.

### **Relatos**

O WSIS+20 foi marcado como um espaço de reflexão sobre os avanços e desafios da sociedade da informação ao longo das últimas duas décadas. Entre os temas recorrentes estiveram a necessidade de garantir o acesso equitativo às TICs, a promoção da igualdade de gênero na participação tecnológica e a busca por estratégias para reduzir a divisão digital que ainda persiste em diferentes regiões do mundo.

Outro aspecto importante foi a reafirmação do espírito multissetorial da CMSI, que continua sendo visto como um pilar para a governança digital. Houve também a defesa da continuidade das linhas de ação e estruturas como o Fórum de Governança da Internet (IGF), articulando-se com novas agendas, como o

Pacto Digital Global. O exemplo do Fórum Brasileiro foi citado em alguns momentos. O tom geral das intervenções deixou claro que os resultados da CMSI permanecem como referência, mas precisam ser constantemente ajustados frente às mudanças aceleradas do cenário tecnológico.

Vale registrar que, em paralelo ao WSIS+20, aconteceu o AI for Good Global Summit, também organizado pela UIT. Este evento ocupou um espaço bastante considerável no centro de convenções, com uma ampla área de exposições de empresas de inteligência artificial que apresentaram suas últimas invenções e produtos. Pela dimensão física, pela mobilização de público e pela força das demonstrações práticas, o AI for Good acabou por ofuscar em certa medida a própria dinâmica do WSIS+20, revelando o peso crescente da IA no debate internacional sobre o futuro digital.

Dentro desse contexto, uma das sessões de destaque que assisti foi] organizada pelo Partnership on Measuring ICT for Development, que tratou do progresso e das perspectivas futuras para a mensuração de indicadores de TIC. A mesa contou com representantes da UIT, UNCTAD, UNDESA, OIT e comissões regionais como a CEPAL e a ESCWA, reforçando a importância de alinhar esforços globais para a produção de dados consistentes que orientem políticas públicas na área digital.

O debate destacou a relevância de estatísticas confiáveis e da busca por novas fontes de informação, como big data e imagens de satélite, para compreender melhor as dinâmicas do desenvolvimento digital, sobretudo em países em desenvolvimento, onde a disponibilidade de dados ainda é limitada. Também foi ressaltado que a mensuração de indicadores deve estar vinculada a marcos internacionais, como as linhas de ação da CMSI e os objetivos do Pacto Digital Global, permitindo avaliar com mais precisão a implementação de compromissos assumidos.

A sessão foi concluída com compromissos de aprimorar a disponibilidade de dados, atualizar a lista de indicadores centrais e ampliar a participação da sociedade civil no processo de desenho e análise dessas métricas. Essa abertura foi considerada essencial para garantir que os indicadores não sejam

apenas estatísticas técnicas, mas instrumentos capazes de refletir realidades sociais diversas e orientar políticas digitais mais inclusivas e sustentáveis.

Outro painel que acompanhei foi dedicado ao tema da integração da ética nas tecnologias emergentes, com foco em áreas como inteligência artificial, computação quântica e neurotecnologia. A discussão reforçou a necessidade de que princípios éticos sejam incorporados desde o início do processo de desenvolvimento tecnológico, evitando que pressões econômicas ou institucionais requeiram tais preocupações a um segundo plano. Ficou claro que não se trata apenas de pensar em regulação, mas de adotar uma postura de governança antecipatória, capaz de identificar riscos e oportunidades antes que se consolidem.

Os participantes destacaram que a manutenção da confiança pública depende não apenas de normas legais, mas também de uma comunicação transparente e de diretrizes éticas claras. Casos como os de neurotecnologias, em que os riscos de mau uso são evidentes, mostram que a sociedade precisa sentir segurança quanto ao propósito e às aplicações de novas ferramentas. Nesse sentido, organizações internacionais, como a UNESCO, foram apontadas como atores fundamentais para articular quadros normativos e princípios comuns.

Houve também um debate relevante sobre a diferença entre ética e regulação. Enquanto a regulação se concentra em limites mínimos de cumprimento, a ética deve orientar motivações e ações que vão além do que é exigido em lei. Os painelistas defenderam um modelo multissetorial para a gestão de riscos em todo o ciclo de vida das tecnologias, com atenção à necessidade de adaptar diretrizes éticas a diferentes contextos nacionais e locais, sem comprometer valores universais.

Um exemplo concreto veio da experiência da Tailândia, que apresentou sua estratégia nacional de governança de IA. O país destacou a criação de um centro dedicado ao tema e a tentativa de adaptar recomendações internacionais ao seu próprio contexto, envolvendo diferentes setores para garantir legitimidade e efetividade. Essa abordagem ilustrou como a tradução prática de princípios éticos exige diálogo constante entre níveis globais e locais, reforçando a ideia de

que a ética tecnológica não pode ser uma agenda exclusivamente centralizada em organismos internacionais, mas precisa ser apropriada pelas realidades nacionais.

Na sequência, acompanhei a sessão sobre mecanismos inovadores de financiamento para o desenvolvimento de infraestrutura digital, que trouxe à tona a dimensão financeira como elemento central para reduzir a lacuna de conectividade entre países e regiões. Os painelistas foram unânimes em reconhecer que os métodos tradicionais de financiamento não são suficientes e que é necessário um diagnóstico específico para cada realidade nacional, levando em conta fatores como demanda, infraestrutura existente, riscos de investimento e regimes de tributação.

O debate apontou que o desafio não se restringe à falta de recursos, mas também à fragmentação das estratégias, à ausência de políticas coerentes e aos riscos de execução, que muitas vezes inviabilizam a entrada de investidores. Foi mencionado que seriam necessários aproximadamente 1,6 trilhão de dólares em investimentos para fechar a lacuna de conectividade global, o que evidencia a magnitude do problema e a urgência de mecanismos mais eficazes.

Entre as iniciativas apresentadas, destacou-se o Digital Infrastructure Investment Catalyzer, criado para facilitar oportunidades de investimento e apoiar pequenos provedores e empresas no acesso a financiamento. Também foram discutidos modelos alternativos, como fundos de impacto e mecanismos de financiamento baseados em receita, inspirados em experiências do setor de energias renováveis. Esses instrumentos, além de ampliarem o leque de opções, procuram garantir que os investimentos tenham retorno social concreto, e não apenas financeiro.

A sessão foi encerrada com um chamado à cooperação com entidades de financiamento ao desenvolvimento, reforçando a necessidade de que as soluções propostas gerem conectividade significativa, cheguem a comunidades diversas e promovam maior autonomia local. A ênfase no “retorno social sobre o investimento” deixou clara a ideia de que expandir a infraestrutura digital não

é apenas um desafio econômico, mas também uma responsabilidade coletiva ligada à inclusão e à equidade.

Outra sessão que acompanhei tratou da colaboração entre Brasil e África do Sul na definição de agendas digitais globais, especialmente no âmbito do G20, e contou com a participação da Anatel representando o Brasil. O debate destacou a relevância desses dois países em dar visibilidade às prioridades das nações em desenvolvimento, tanto na ampliação da inclusão digital quanto no fortalecimento das infraestruturas e no acesso equitativo às TICs. O Brasil compartilhou sua experiência recente como presidente do G20 em 2024, ressaltando avanços no tema da conectividade significativa e da integridade da informação, mas também apontando os desafios de negociação e de construção de consensos no espaço multilateral.

A África do Sul, atual presidente do G20, apresentou como prioridades a promoção da inclusão digital, o desenvolvimento de infraestruturas públicas digitais e as discussões sobre inteligência artificial. O país frisou a necessidade de dar continuidade às iniciativas do Brasil, de forma a consolidar uma agenda de interesse dos países em desenvolvimento dentro do grupo. Houve ainda referência ao esforço de vincular os debates do G20 a projetos e políticas domésticas, garantindo que as discussões internacionais tenham impacto direto em cada contexto nacional.

A questão do financiamento para o desenvolvimento digital também ocupou parte importante do painel. Foram discutidas as dificuldades de mobilizar recursos, sobretudo para iniciativas de estatísticas digitais públicas, e as possibilidades de aproveitar a ênfase do G20 em inclusão financeira como alavanca para reduzir as lacunas de financiamento em conectividade. Esse ponto revelou tanto as limitações burocráticas para inserir novos temas na agenda do grupo, quanto a urgência de solidariedade internacional para sustentar a transição digital de países em desenvolvimento.

O painel foi encerrado com um chamado à cooperação contínua e ao compartilhamento de conhecimento entre os membros do G20 e outros atores relevantes. Um dos encaminhamentos discutidos foi a criação de um repositório

permanente de documentos dos grupos de engajamento do G20, o que contribuiria para dar maior continuidade às agendas trabalhadas a cada presidência. Nesse contexto, a participação da Anatel reforçou a presença brasileira no debate internacional, conectando as discussões do G20 às políticas nacionais de inclusão e infraestrutura digital.

Na minha avaliação, a WSIS+20 foi mais do que um exercício de revisão dos compromissos de Genebra e Túnis; tratou-se de um momento para medir a relevância desse processo em um cenário digital profundamente transformado. As discussões mostraram como temas como inteligência artificial, concentração de infraestrutura e disputas geopolíticas desafiam tanto a ideia de uma governança neutra em termos de tecnologia quanto a própria prática do multissetorialismo.

O que me pareceu mais decisivo foi perceber que a revisão não se limita a reafirmar mandatos ou atualizar Linhas de Ação, mas expor a urgência de recolocar os direitos humanos, a inclusão e a participação real de diferentes atores como princípios estruturantes. Sem isso, corre-se o risco de que o espaço seja progressivamente capturado por interesses restritos a grandes players globais, enfraquecendo justamente a vocação da CMSI como fórum de construção coletiva frente às desigualdades digitais.